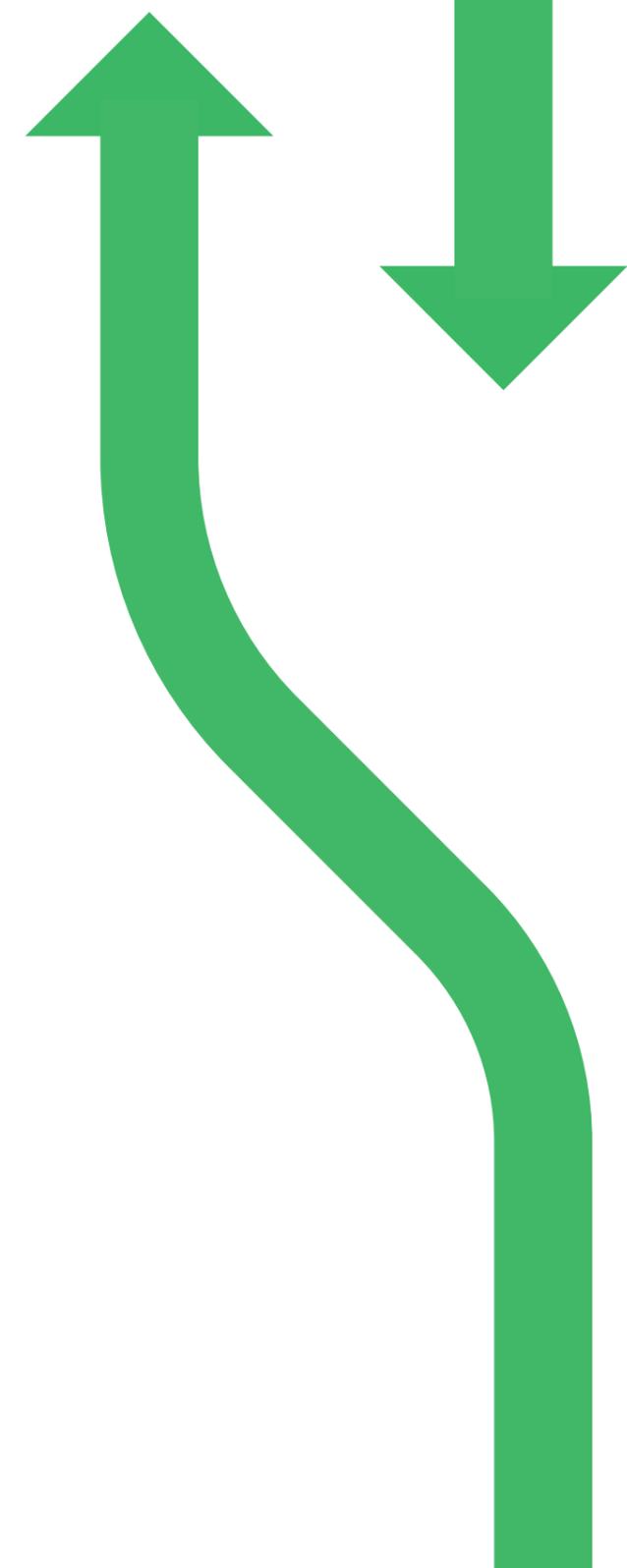
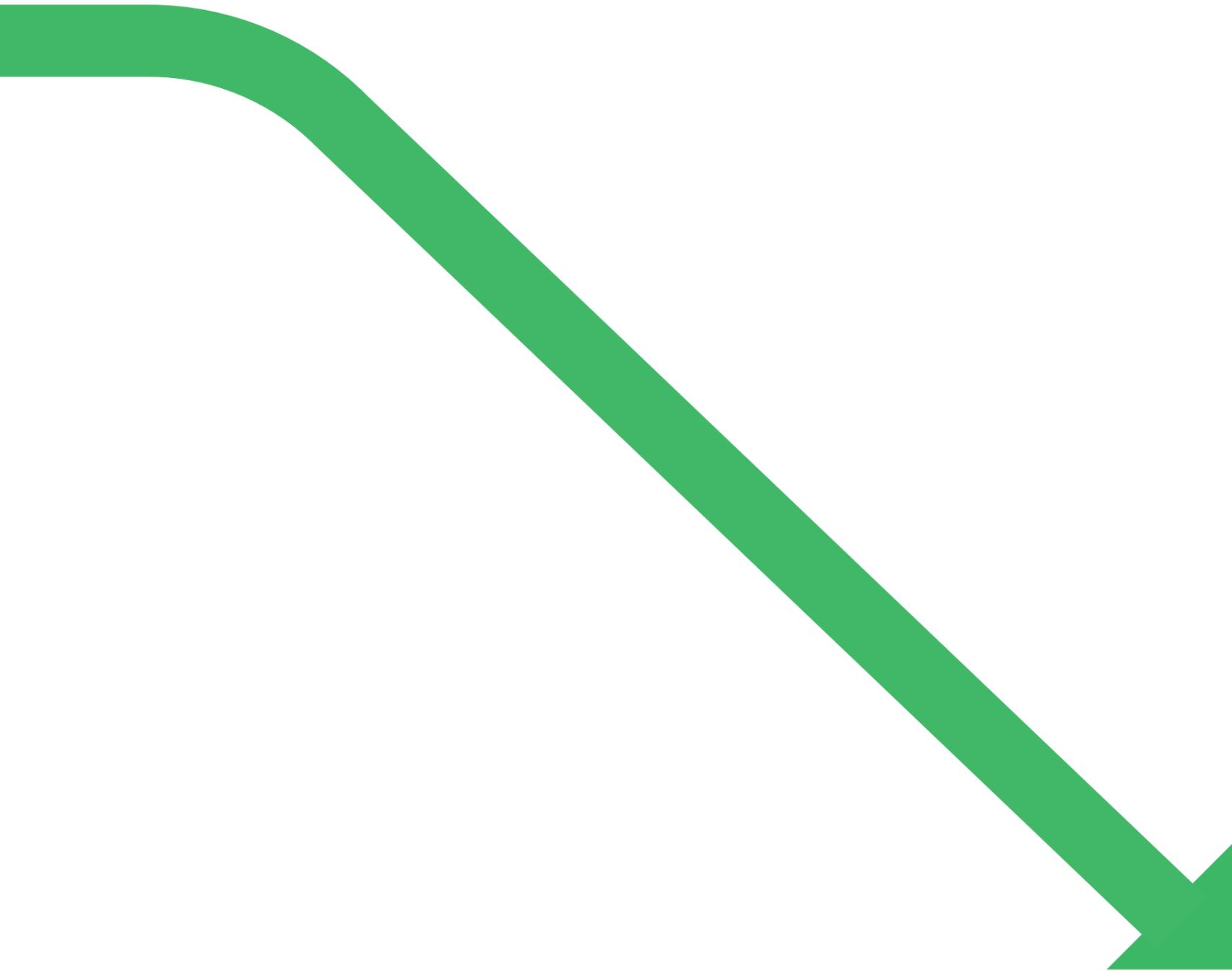
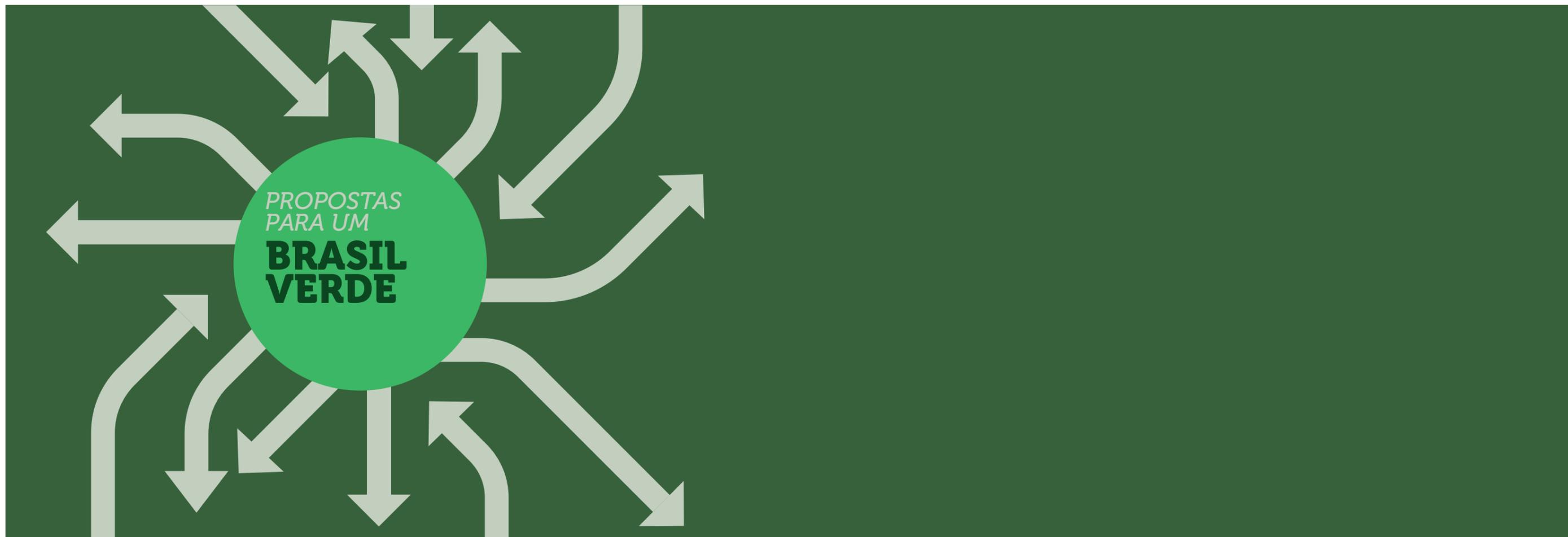


*PROPOSTAS  
PARA UM*  
**BRASIL  
VERDE**





O Brasil é o país do futuro. Esta expressão, do escritor Stefan Zweig, foi muitas vezes repetida, a ponto de se tornar uma ironia. Mas, neste momento da história planetária, o futuro chegou para o Brasil, abrindo possibilidades que nunca teve no passado.

Para cumprir esse destino o Brasil precisa prosperar, assumindo sua condição de potência ambiental e, simultaneamente, contribuir para que a humanidade supere o grande desafio do aquecimento global.

Acendemos a luz vermelha, adverte o Secretário-Geral da ONU, António Guterres. O mais recente relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) reafirma as piores previsões para as próximas décadas: um aumento de 1,5 a 2 graus na temperatura.

O equilíbrio climático de 12 mil anos (Holoceno) foi quebrado. Nos últimos oito anos, tivemos uma sucessão dos anos mais quentes e a temperatura já subiu 1,2 graus, em relação ao período pré-Revolução Industrial (1850-1900). As geleiras estão se derretendo, o nível dos

mares sobe e a própria atmosfera mudou significativamente desde os anos 1960: a quantidade de partículas de CO<sub>2</sub> subiu de 312 ppm (números de partículas por milhões de moléculas) para 420 ppm, em 2021.

Quando houve a Conferência de Estocolmo, em 1972, a população mundial estava abaixo de quatro bilhões de habitantes e, naquela época, a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera estava abaixo de 330 ppm. Em 1988, quando o número de habitantes chegou a 5 bilhões, a concentração estava abaixo de 350 ppm. Quando se firmou o Protocolo de Kioto e a população se aproximava dos 6 bilhões, a concentração de CO<sub>2</sub> ainda estava abaixo de 370 ppm.

O processo tem-se mostrado implacável, apesar dos avanços do Acordo de Paris.

O Brasil é também fortemente atingido por essa crise ambiental. O país está secando: em três décadas, perdeu 19,8% de sua água doce – e no Pantanal Matogrossense a perda é de 29%.

No governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia cresceu 74%, consumindo uma área de 24,1 km<sup>2</sup>. Essa superfície devastada no período equivale à destruição de 3.305 campos de futebol por dia.

Ao lado da crise planetária, as razões para virar o jogo dizem respeito também à sobrevivência nacional. E as mudanças no Brasil encontrariam um vento favorável.

Em primeiro lugar, uma guinada para um programa verde entraria em sintonia com as grandes agendas políticas mundiais: o projeto econômico de Joe Biden, nos EUA; o plano quinquenal da China, no qual 10 de 13 metas são ambientais; e, finalmente, a Europa, que, de certa maneira, sempre acenou para uma ajuda à descarbonização e mitigação dos efeitos do aquecimento global.

Além desses poderosos agentes governamentais, o Brasil poderia buscar apoio no sistema financeiro internacional, que movimenta 220 trilhões de dólares.

O que torna a situação mais favorável no mundo financeiro é precisamente essa consciência da gravidade da crise ambiental planetária.

Há mudanças no interior da economia. Setores que antes viam os recursos naturais como elementos externos e acessórios na produção começam, agora, a ver a natureza como o centro mesmo da criação de valor.

As principais empresas do mundo adotam a governança ambiental e social (ESG) como diretiva de suas atividades, em qualquer país em que estejam operando.

Os fundos de pensão condicionam seus investimentos aos critérios de respeito ao meio ambiente.

Nessa nova visão mundial, faz sentido a definição do Brasil como potência ambiental, assim como a busca de caminhos para ocupar um lugar de importância internacional à altura dessa condição na nova conjuntura.

## OS CAMINHOS

No campo externo, o caminho óbvio para recuperar a credibilidade perdida com a devastadora política ambiental de Bolsonaro é retomar o protagonismo nos esforços planetários de combate ao aquecimento global e adaptação a seus inevitáveis efeitos.

Apesar da política de terra arrasada do governo Bolsonaro, o Brasil não começa do zero no seu caminho para recuperar o prestígio internacional.

Já em 2015, o país apresentava metas de redução de emissões no agregado, sem dependência com o índice de crescimento.

A NDC (Nationally Determined Contribution) brasileira previa metas de redução de 37% e 43% para 2025 e 2030, tendo como ano-base 2005.

Embora seja responsável por 3% das emissões planetárias, o Brasil é um ator importante, porque potencialmente pode reduzir drasticamente o desmatamento na Amazônia e, ao mesmo tempo, lutar por um fundo garantidor internacional para financiar, em grande escala, projetos descarbonizantes e pagamentos por serviços ambientais.

Desnecessário acentuar que a política para a Amazônia, tanto para o mundo como para a opinião pública nacional, é o aspecto mais visível da tarefa brasileira na luta contra o aquecimento global.

Em 2008, o governo já lançava um plano de desenvolvimento sustentável que previa, entre outras coisas, uma participação maior do poder federal na região e a recuperação das terras degradadas.

No entanto, o impacto da política de Bolsonaro foi tão devastador que o Partido Verde assume como proposta emergencial para os próximos anos as metas colocadas pela maioria esmagadora das organizações que atuam na Amazônia.



São elas:

*Moratória de cinco anos para o desmatamento na Amazônia, com exceção apenas para atividades de subsistência, agricultura familiar, plano de manejo, obras de utilidade pública e segurança nacional;*

*Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento, consistindo em: instrumentos normativos e econômicos, garantia de recursos, publicação de cronogramas e prazos, prestação de contas transparente e participação social;*

*Demarcação das terras indígenas e quilombolas. Proteção de todas as terras indígenas, independente do seu estágio de regularização, sobretudo as de isolamento voluntário e contato recente;*

*Implementação e consolidação efetiva das unidades de conservação já criadas;*

*Criação de mais 10 milhões de hectares de áreas de conservação, considerando o mapeamento de áreas prioritárias, sítios de gestão integrada e novas áreas estratégicas de conservação da biodiversidade e combate ao desmatamento;*

*Titulação dos territórios quilombolas;*

*Restituição da competência e condição institucional do IBAMA e do ICMbio para que retomem seu protagonismo no combate ao desmatamento e aos crimes ambientais;*

*Realização de concursos no IBAMA e no ICMbio, destinados primariamente à fiscalização ambiental;*

*Substituição de gestores não técnicos por pessoal especializado nas três autarquias;*

*Restituição das responsabilidades institucionais da FUNAI, voltadas à proteção e promoção dos direitos indígenas;*

*Aumento de pena para o desmatamento, mandantes e financiadores de crimes ambientais, invasão e comercialização de terras públicas;*

*Criação de Força-Tarefa para reprimir crimes fundiários, em especial grilagem e invasão de terras públicas;*

*Criação de Força-Tarefa para expulsar e fazer cessar todas as atividades ilegais nos territórios das comunidades tradicionais, principalmente terras indígenas e arredores, como grilagem, roubo de madeira, garimpo, pecuária e mineração;*

*Congelamento imediato dos bens dos 100 maiores desmatadores ilegais do país;*

*Rigor na aplicação da lei de crimes ambientais (Lei 9605/1988), incluindo a realização em embargos e destruição de equipamentos em atividades ilegais;*

*Retomada do Fundo Amazônia, financiado por Alemanha e Noruega, e suspensão, por razões ideológicas, pelo governo Bolsonaro.*

# RETROCESSO AMBIENTAL

O governo Bolsonaro trabalha de duas maneiras para destruir a legislação ambiental.

Uma delas é a produção de leis que implicam num retrocesso no quadro existente.

A outra é através de medidas infralegais, instruções normativas, conforme revelou o próprio ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião de 22 de abril, cujo vídeo foi evidenciado a partir da investigação no STF comandado pelo Ministro Celso de Mello.

Em documento produzido pela bancada do PT no Senado, Greenpeace, MST e Terra de Direitos foram levantados os principais projetos que se destinam a destruir a legislação ambiental brasileira, tornando-a ineficaz.

Esses projetos precisam ser combatidos por amplos setores da sociedade, muitos deles ainda ignorando seu alcance negativo.

São Eles:

**1)** *Licenciamento Ambiental - Aprovado na Câmara e em exame no Senado. O projeto relatado pelo deputado Neri Geller (PL3729/2004) praticamente torna uma exceção o processo de licenciamento ambiental, sob o argumento de que é preciso destravar a economia.*

*Ambientalistas já demonstraram que o argumento é falacioso uma vez que apenas um por cento das obras paralisadas o foram por motivos ambientais.*

*Na verdade, é preciso aumentar a capacidade técnica e operacional da fiscalização para que ela seja mais eficiente, entendendo-se por eficiência resultados seguros para a sociedade no menor espaço de tempo.*

**2)** *Outro campo em que o avanço do governo Bolsonaro se dá no sentido de destruir a legislação ambiental é o que diz respeito à grilagem de terras, sobretudo florestas nacionais. O projeto 2633/2020 se destina a ampliar a área passível de legalização, sem nenhuma argumentação técnica.*

*Isso legalizará a terra de grandes grileiros e estimulará um processo mais intenso ainda de grilagem, sobretudo na Amazônia.*

**3)** *No caso das terras indígenas, a principal ameaça vem do projeto 191/2020 que prevê a possibilidade de mineração, construção de hidroelétricas, exploração de gás e petróleo nessas terras.*

*O que na Constituição só pode ser feito de forma excepcional torna-se uma atividade*

*constant, rotineira, representando uma grande ameaça à sobrevivência das comunidades indígenas.*

**4)** *Finalmente, merece um estudo a parte o projeto 6299/2020 que foi chamado de Pacote do Veneno, liberando o uso de agrotóxicos numa grande ameaça à saúde da população e dos próprios trabalhadores rurais, sem contar que é um tiro no pé do próprio agronegócio uma vez que os produtos brasileiros correm o risco de ganharem também essa marca num mundo cada vez mais cuidadoso com a qualidade da alimentação.*

# LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Batendo seu próprio recorde, o governo Bolsonaro fez de 2020 o ano em que mais se aprovou o uso de agrotóxicos no país.

A tendência é aprovar uma média de 500 novos produtos por ano e hoje um terço dos comercializados no Brasil ganharam autorização no governo eleito em 2018.

Há muitas razões para definir como tarefa a revisão da liberação quase geral desses produtos no Brasil.

A primeira delas é a saúde de todos os consumidores, a segunda uma defesa estratégica da própria produção nacional, que tende a perder mercados na medida em que se afirma como um processo de envenenamento gradual das pessoas.

A legislação brasileira sobre agrotóxico foi modificada por decreto, uma vez que o projeto intitulado Pacote de Veneno está parado no Congresso.

Através dessa medida autoritária e unilateral, Bolsonaro libera produtos que produzem câncer, “desde que consumidos em doses menores”, assim como apressa a tramitação dos processos de liberação de novos produtos.

O retrocesso nesse setor é tão grave que foram liberados produtos que estavam proibidos há 20 anos.

O Partido Verde deve encaminhar um trabalho conjunto para reverter esse processo através de um trabalho no próprio Congresso que foi, de certa forma, atropelado pelo decreto presidencial.

No entanto, dada a sua responsabilidade nesse campo, precisa estudar também medidas judiciais que possam deter a liberação acelerada dos agrotóxicos porque o tempo, nesse caso, pode salvar vidas apesar do processo de envenenamento não ser tão rápido como a ação de um vírus.

O direito à saúde está consagrado na Constituição e, sem aprovação do Congresso, as iniciativas do presidente nesse campo podem ser consideradas inconstitucionais.

Naturalmente, o PV vai dialogar com seus aliados, mas deve se reservar o direito de tomar a dianteira pois esse é um tema especialmente importante para ele.

Da mesma forma o é o estímulo à produção orgânica e o esforço para que através do aumento da oferta ela tenha preços mais acessíveis.

Nos parâmetros atuais, os mais favorecidos economicamente podem escolher o que comem, ao passo que os pobres são forçados a consumir produtos prejudiciais a sua saúde, assim mesmo quando têm algum dinheiro para comprá-lo como mostramos no tópico segurança alimentar.

# AQUECIMENTO E DOENÇAS TROPICAIS

A pandemia revelou em escala nacional a importância do SUS, mas abriu também um caminho para conscientizar sobre os perigos que a destruição do meio ambiente representa para a saúde humana.

Há quase duas décadas formou-se um consenso no IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) sobre a relação direta entre o aquecimento global e o aumento das doenças.

No caso dos trópicos, os cientistas prevêem um crescimento muito grande dos vetores como mosquitos e carrapatos. Doenças como dengue, zika e chicungunha devem aumentar sua intensidade.

No caso dessas três, o Brasil tem uma experiência de combate, mas um trabalho ainda imperfeito. O zika percorreu o mundo como uma doença que apareceu com força no Brasil, o dengue reaparece em todas as estações mais quentes e, finalmente, a chicungunha tem uma capacidade de invalidar as pessoas para o trabalho, uma vez que as dores que provoca costumam perdurar por meses e, às vezes, anos.

O Brasil precisa se preparar para estas ameaças, ao mesmo tempo em que é necessário registrar que os cientistas preveem a possibilidade de novas epidemias, a partir do desmatamento na Amazônia.



A própria volta da febre amarela, em algumas regiões do norte de Minas, se deveu ao desmatamento.

Em razão dessas evidências, o Partido Verde propõe que se crie um setor especializado no Ministério da Saúde para tratar não apenas da segurança biológica mas também para monitorar e propor medidas preventivas para as consequências do aquecimento global.

É um tipo de trabalho antecipatório que pode poupar algumas vidas, uma vez que, apesar do esforço internacional, algumas consequências do aquecimento global já podem ser consideradas irreversíveis.

# SEGURANÇA ALIMENTAR

A Ministra Carmem Lúcia, do STF, declarou que a fome é inconstitucional. Ela se referia à segurança alimentar, direito social garantido na Constituição e ponto indispensável em qualquer programa político, seja de partido, seja de frentes políticas que disputam o poder.

Não ter certeza de que haverá comida na casa no dia seguinte é um índice de insegurança alimentar, partilhado por 116 milhões de brasileiros, mais da metade da população. Desses, mais de 9 milhões passam fome.

Esse índice foi agravado pela pandemia e o próprio governo Bolsonaro, tendo sofrido uma atenuação precisamente nos meses que se distribuiu uma ajuda emergencial de R\$ 600. Se avaliarmos as principais condições do termo segurança alimentar - disponibilidade, instabilidade, acesso e utilização-, veremos que em termos nacionais, o Brasil é um grande

produtor de alimentos no entanto mais da metade da população tem acesso precário a eles.

O Partido Verde deve acentuar que as mudanças climáticas influenciam a produção agrícola nos trópicos e defender;

*a) Distribuição de alimentos em crises humanitárias;*

*b) Projetos do tipo Bolsa Família para fortalecer o orçamento doméstico;*

*c) Fortalecimento da agricultura familiar;*

*d) Estímulo e proteção das produções locais e comunitárias e*

*e) Utilização de espaços públicos ociosos para a produção de alimentos.*

# PRODUÇÃO DE CARNE E SOJA

O Brasil é um grande exportador de proteína na forma de carne e soja.

A soja representa 42,6% e a carne 16,9% das vendas. Ambas representam alguns problemas ambientais que precisam ser equacionados.

No caso da carne bovina e também na de aves e porcos um dos problemas centrais é o fato de que o Brasil exporta uma grande quantidade de água, necessária para a criação dos animais. No Oeste Catarinense, uma só empresa costuma retirar um milhão de litros de água do Rio Uruguai.

A água é um bem coletivo, de múltiplo uso. O Partido Verde participou da criação do conjunto de leis que regem o tema e uma de suas posições é a cobrança do uso da água para que o dinheiro seja revertido para a recuperação das bacias, orientada pelo Comitê de Bacia.

O segundo problema é a ocupação de amplas áreas para a criação do gado, em muitos casos estimulando o desmatamento em favor da pecuária.

Especificamente no caso da criação de gado, a produção de metano através da flatulência bovina é um dos fatores que aumentam o processo de aquecimento global.

Finalmente, é importante ressaltar que a OMS (Organização Mundial de Saúde) lançou um relatório, afirmando que o consumo excessivo de carne bovina aumenta os riscos de cancer.

É possível produzir soja sem destruir o meio ambiente, desde que haja um esforço de toda a cadeia produtiva.

O uso intensivo de agrotóxico tem contribuído não só para reduzir a qualidade do produto como ameaçar o meio ambiente, sobretudo as águas e a sobrevivência de insetos e aves.

A moratória do crescimento da soja na Amazônia não impediu que as plantações avançassem no Cerrado, um dos biomas mais ameaçados por ela.

A aceitação de moratória na Amazônia deve-se à repercussão negativa para as grandes empresas. Isto não acontece ainda com o Cer-

rado onde a própria disponibilidade da água pode ser ameaçada.

A maior parte da produção de soja é constituída de produtos transgênicos e destinada a ração animal na China e na Europa.

A expansão da produção de soja aumentou também o número de conflitos fundiários, envolvendo pequenos agricultores e comunidades indígenas.

Apresentada como uma grande vitória nacional, a exportação de proteína não beneficia a todos.

A imposição de critérios ambientais nesse campo não se destina apenas à proteção da saúde, da água e da biodiversidade brasileira. É um imperativo para o próprio futuro do negócio que entrará em decadência na razão direta de sua insustentabilidade.

# POLUIÇÃO DO MAR

Um estudo da revista *Science* demonstra que a poluição marinha já atinge quarenta e um por cento das águas e o processo de contaminação é intenso não só por dejetos humanos, mas também por lixo, sobretudo plásticos.

Mesmo as áreas mais remotas, próximas aos polos, estão ameaçadas.

Na Conferência Rio + 20, realizada em 2012, o tema subiu ao topo da agenda mundial, sobretudo pelas iniciativas da Austrália de proteger grandes áreas marinhas e conseqüentemente seus recifes de corais.

Ampliar as áreas de proteção é uma das medidas urgentes que o Brasil precisa tomar, inclusive envolvendo sua Marinha nessa tarefa.

No momento, apenas 1,5 por cento das águas marinhas nacionais é protegido. Assim mesmo parte dessas áreas é composta de Reservas e Apas cujo nível de proteção é muito baixo, quase inexistente.

Existem alguns projetos na Câmara dos Deputados, um deles do José Sarney Filho, que apresentam uma política mais ampla para a proteção dos mares brasileiros.

O artigo 225 da Constituição já dá uma base para discussão, no entanto, o trabalho do ex-Ministro José Sarney pode ser um ponto de referência para o PV.

Enquanto não se avança na proteção dos mares, medidas mais urgentes precisam ser defendidas, como por exemplo a fiscalização mais rigorosa da atividade de exploração e transporte de petróleo.

O último grande vazamento de óleo nas praias do Nordeste, em 2020, atingiu vários estados, paralisou atividades turísticas, prejudicou os pescadores, e o que é mais importante, sua autoria jamais foi descoberta.

Outro aspecto importante que pode ser encaminhado, independente do avanço de uma legislação específica, é o combate à pesca predatória.

Navios pesqueiros asiáticos, que funcionam como verdadeiras fábricas, percorrem as águas do Nordeste pescam e enlatam o produto sem serem incomodados.

É possível hoje destacar como pontos de luta:

- combate à poluição por plásticos;
- esforço específico de saneamento básico, sobretudo nas áreas litorâneas;
- ampliação das áreas protegidas, cuja extensão ainda é insignificante;
- fiscalização da exploração e transporte de petróleo nos mares brasileiros;
- combate à pesca predatória internacional combinando vigilância marinha e aérea.

PL 6969/2013 - Política Nacional de Conservação de Uso Sustentável do Bioma Marinho brasileiro.

# ELEVAÇÃO DO NÍVEL DOS MARES

O Partido Verde não tem uma resposta acabada para esta inevitável consequência do aquecimento global: derretimento das geleiras e elevação do nível dos mares.

No entanto, através de seu trabalho parlamentar, já destinou verbas para estudos e recuperação em áreas visivelmente vulneráveis: as praias de Boa Viagem (Recife), Jaboatão dos Guararapes e Paulista.

Trabalhos de recuperação foram bem sucedidos numa delas: Jaboatão.

O projeto de estudos, uma vez que se concentrava em Pernambuco, aconselhava um intercâmbio com os antigos colonizadores: a

Holanda. Este país tem um conhecimento importante no campo do avanço do mar e poderia contribuir com ideias.

O trabalho inicial em Pernambuco tem de ser estendido para todo o litoral brasileiro. As modestas verbas de pesquisas e obras destinadas pela cota parlamentar podem ser aumentadas, se o Brasil souber captar também os recursos internacionais destinados à adaptação planetária às consequências do aquecimento global.

Este é um ponto importante nas propostas do Partido Verde para qualquer candidato à presidência.

# CRISE HÍDRICA E ENERGÉTICA

Os debates eleitorais brasileiros vão se dar num contexto ainda de crise hídrica, a maior em 91 anos.

Não se trata apenas de seca, mas de estiagem, o que significa uma queda permanente no volume de chuvas registrado nos últimos anos, principalmente a partir de 2019.

O Brasil não é um país de águas tão abundantes, como costumamos imaginá-lo. Nas últimas três décadas, o país está secando: perdeu 19,8% de sua superfície de água doce e só no Pantanal Matogrossense esta perda foi de 29%.

O desmatamento na Amazônia e fenômenos como El Niño e La Niña contribuem para a insegurança nas chuvas. No caso do desmatamento, ele enfraquece os chamados rios voadores que viajam para o Sudeste.

Existem inúmeras ações emergenciais que devem ser tomadas, por exemplo, a construção de cisternas para armazenar a água da chuva e depósitos próximos às fontes naturais, para garantir a água de consumo humano.

Mas, em termos mais amplos, não haverá saída estratégica se não racionalizarmos o uso

das águas e iniciarmos um projeto de recuperação de nossas grandes bacias fluviais:

- Proteger as nascentes;
- Replantar as matas ciliares e
- Intensificar o processo de saneamento básico.

O Partido Verde defende o fortalecimento dos Comitês de Bacia, o instrumento adequado para avaliar a vulnerabilidade dos rios e participar de sua recuperação.

Eles são democráticos, porque envolvem usuários, ONGs, governos de vários níveis

Uma das tarefas que um novo governo deve enfrentar, se quiser realmente financiar a revitalização das bacias, é a cobrança pelo uso da água.

Tanto a produção da soja, como a criação de aves e porcos para exportação, consomem muita água.

Na realidade, o Brasil exporta bilhões de litros de água sem uma recompensa adequada.

Reconhecer essa realidade é importante porque

abre o caminho para financiar os projetos que podem recuperar nossos rios, proteger nascentes e replantar matas ciliares.

Existe uma consciência de que o Brasil depende da energia produzida em hidroelétricas. O Partido Verde sempre defendeu o uso das energias chamadas alternativas, que hoje tendem a ser tão presentes: a solar e a eólica.

Esse processo de avanço de novas matrizes está sendo impulsionado pelo próprio mercado. No entanto, existe algo que o governo pode fazer: impulsionar a descentralização da produção.

Inúmeras experiências internacionais já existem no sentido de financiar o próprio consumidor, seja individual ou em cooperativas, a produzir sua própria energia.

Embora seja um tema muito vasto, a recuperação das grandes bacias fluviais e a descentralização na produção da energia podem ser as ideias fortes do Partido Verde nesse campo.

# PRESERVAÇÃO DAS ESPÉCIES

As políticas públicas para a conservação das espécies ameaçadas passa pela compreensão de que o processo de destruição de seu habitat está ligado ao desmatamento, queimadas e urbanização. Sem contar a caça que tem um papel importante.

Um dos passos iniciais é definir, com a ajuda da ciência, quais são as espécies ameaçadas e estabelecer parcerias com ONGs que trabalhem no campo, assim como realizar campanhas educacionais que levem a população a contribuir com o esforço.

No Rio de Janeiro existe uma experiência bem sucedida, em Casimiro de Abreu, na preservação da espécie do Mico Leão Dourado.

Algumas medidas públicas são necessárias como foram as construções de passarelas para que os animais transitem, evitando passar pelo leito da estrada.

O essencial, uma vez definidos os fatores de destruição, é defender a criação de novas áreas de proteção ambiental, oferecendo mais alternativas de habitat.

No início do processo de formulação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) as expectativas eram de reservar cinco por cento do território nacional para essas áreas. O projeto aprovado aproxima-se dos dois por cento e está ameaçado pela concepção destrutiva do governo Bolsonaro.

# NOVAS FORMAS DE PRODUÇÕES, PRESCINDINDO DAS ENERGIAS CONVENCIONAIS, INCLUINDO A PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO

Elemento químico mais abundante no universo, o hidrogênio verde é considerado um combustível do futuro mas já é realidade para uma dezena de países que o produzem, alguns buscando baratear sua produção, como é o caso dos EUA.

O hidrogênio verde é um combustível limpo pois produz apenas vapor e não emite CO<sub>2</sub>. Sua produção maciça poderá evitar a presença de bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Alguns países como a China, maior produtora, o fazem a partir da economia estatal. Mas em outros países, algumas produtoras de petróleo pesquisam e preparam sua transição para este tipo de combustível.

O Brasil, além das hidroelétricas (dependentes da intensidade das chuvas), da energia

eólica e da solar, precisa se fortalecer nesse movimento internacional na pesquisa e na produção do hidrogênio verde.

Atualmente, com um possível investimento de R\$ 20 bilhões, há projetos de três *Hubs* de produção de hidrogênio no Brasil em torno dos portos de Pecém (CE), Suape (PE) e Açu (RJ). O mais adiantado parece ser o de Pecém (CE), com início da produção prevista para 2022.

A oportunidade para o Brasil se tornar um grande produtor mundial, fortalecerá nossa condição de potência ambiental, uma vez que a matriz brasileira já é singular no mundo: 63% hidroelétricas, 9,3 % eólica, 8,4% biomassa e cerca de 2% de solar.

Todas essas fontes devem crescer, mas o H2V, no momento, é o que envolve grandes expectativas para o futuro.

# PROMOÇÃO DA BIOECONOMIA

Associação da tecnologia com recursos naturais para fins produtivos, a bioeconomia é um dos campos essenciais para o desenvolvimento do país, sobretudo o amazônico.

Nesse caso, a bioeconomia passa a ser uma alternativa viável para contestar o desmatamento e a atividade econômica destrutiva do bioma.

Ela é das formas de exploração sustentável do bioma, como a produção de açaí e castanhas, um vetor próspero e aberto para a exportação.

No entanto, a aplicação do conhecimento tecnológico e científico na floresta abre uma imensa gama de possibilidades que vão desde a perfumaria à indústria farmacêutica.

O tema ficou evidente no Encontro de Altamira, onde a empresa *Body Shop* se comprometeu a utilizar os produtos da floresta em sua cadeia internacional de cosméticos. Outras empresas seguiram esse curso.

No caso da indústria farmacêutica, um dos problemas centrais da aplicação justa da biotecnologia é a recompensa adequada para os conhecimentos das populações tradicionais.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) reconhece que o Brasil detém vinte por cento da biodiversidade, com pelo menos dez mil plantas com potencial farmacêutico.

Em cálculos feitos no início do século, o Brasil perde US\$ 100 bilhões por ano ao não explorar sua biodiversidade. Uma razão para fortalecer os órgãos ambientais brasileiros.

Eles são responsáveis por conceder licenças e monitorar o processo, regulados por medidas provisórias e decretos, por sua vez inspirados na Convenção sobre a Biodiversidade.

A bioeconomia é o grande argumento para deter o processo de destruição da Amazônia, sem parecer um movimento romântico, mas sim a saída mais racional e rentável para os próximos anos.

A bioeconomia tem importância também no combate à fome. Atualmente, há várias pesquisas em curso para fortalecer o poder alimentar de algumas plantas ou mesmo frutas.

Considerando que o futuro da economia será verde e sustentável, o PV deve não só defender o avanço da bioeconomia mas também considerar indispensável sua presença em todos os programas de transição para um mundo descarbonizado.



# CULTURA E CIÊNCIA

A importância da cultura e da ciência precisa ser um ponto central para o PV, depois da política arrasadora de Bolsonaro e também da traumática experiência da pandemia.

A ciência sempre foi a principal aliada dos que lutam pela preservação do meio ambiente. Houve um momento histórico de denúncias, mais tarde incorporadas pela própria mídia.

A partir de uma nova etapa, em que é necessário apresentar diagnósticos claros e soluções, a ciência é a principal fonte de inspiração.

Nesse sentido, o Partido Verde não só defende uma política científica avançada como reconhece que depende dela para formular novas saídas para os problemas, cada vez mais complexos, provocados pela devastação ambiental.

Suas linhas principais de trabalho são:

Defesa do trabalho científico do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e combate ao negacionismo diante do aquecimento global;

Estímulo às pesquisas que ofereçam saída para a prevenção do desgaste ecológico e sua mitigação.

No campo da cultura, além do estímulo geral, o Partido Verde pode destacar um fator importante, que é consenso entre partidos progressistas: a economia criativa.

A cultura pode ser, como tem sido, um fator que oferece saídas econômicas para situações onde aparentemente não há perspectivas.

Um dos campos em que ela se destaca é o turismo. As cidades do Brasil podem encontrar uma saída, além de suas belezas naturais, para explorar o turismo.

Elas podem examinar suas próprias história e cultura e oferecer algo que o turismo moderno muito valoriza: a possibilidade do enriquecimento cultural mesmo em temporadas de lazer.

A utilização das possibilidades culturais para fortalecer a economia criativa é um dos pontos centrais que o PV coloca, ao lado das possibilidades já conhecidas de combate ao racismo, ao machismo, à discriminação por orientação sexual, entre outras.

# ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA

No atual momento brasileiro, a luta central é pela preservação da democracia. Ela pede um novo enfoque porque as ameaças contra o estado democrático de direito também mudaram.

Não enfrentamos mais, como no passado, tentativas de golpe clássicas, do tipo dos pronunciamentos militares acompanhados de tanques nas ruas.

A democracia agora é ameaçada por dentro, a partir de governantes eleitos que investem sistematicamente contra as instituições: Supremo Tribunal Federal, Congresso e imprensa.

O objetivo é minar esses poderes e controlá-los completamente a partir de um executivo forte, como mostram os exemplos da Turquia e Hungria, entre outros.

A prática internacional mostra que a melhor maneira de enfrentar as investidas autoritárias é a atuação como uma frente única, sem preconceitos, agregando todas as forças políticas, independente de suas divergências em muitos campos da ação política.

Essa frente pode ser um instrumento formal mas pode acontecer de forma transitória, em todos os momentos e situações em que a democracia for ameaçada.

Outro aspecto novo nas ameaças modernas contra a democracia é a tentativa de conquistar apoio popular para a dissolução de algumas instituições como o próprio Supremo Tribunal Federal e o Congresso.

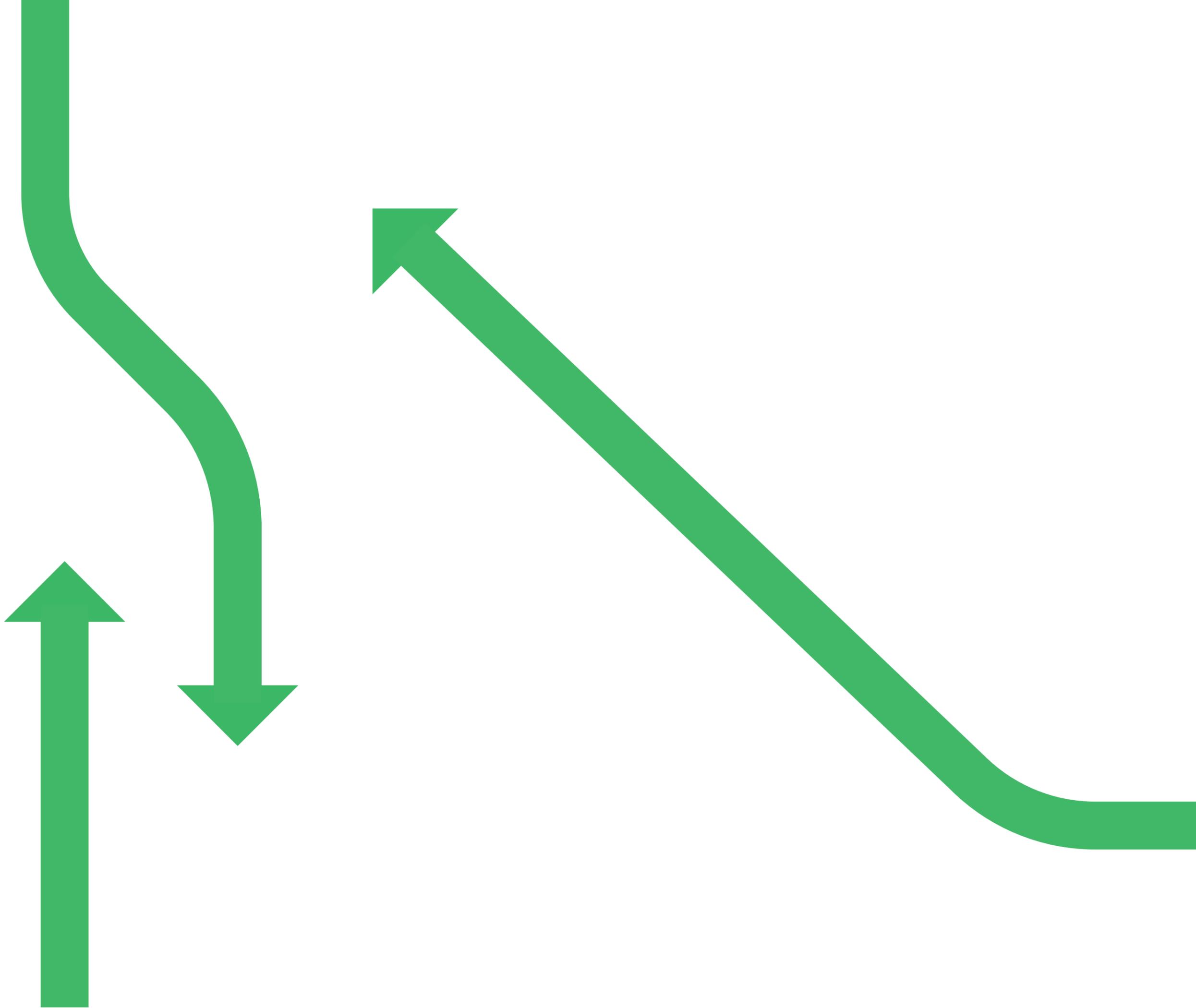
Torna-se necessária uma disputa passo a passo pelo fortalecimento do regime democrático e um esforço cotidiano para demonstrar sua superioridade sobre os modelos autoritários.

A luta torna-se mais consistente, dependendo do próprio comportamento das instituições. Se o Parlamento se afasta das aspirações populares e volta-se para dentro de si, perseguindo interesses particulares, a propaganda antidemocrática ganha um grande impulso.

Daí a necessidade de repensar o modelo de presidencialismo de coalizão, substituindo-o por um processo de alianças programáticas que reduzam o impacto do fisiologismo na política nacional.

Portanto, as forças políticas unidas na defesa da democracia no processo de lutas cotidianas, precisam, constantemente, avaliar também o seu próprio comportamento para não se distanciarem das expectativas dos eleitores.

O texto não pretende ser um programa de governo, pois este instrumento é sempre fruto de uma ampla discussão. Ele é, na verdade, uma proposta de diálogo, diante dos desafios do processo eleitoral em 2022.





*PROPOSTAS  
PARA UM*  
**BRASIL  
VERDE**